

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARÍLIA CLAUDINO ROCHA



O REAL E O IDEAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO

BLUMENAU
2016

MARÍLIA CLAUDINO ROCHA

O REAL E O IDEAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Magda Tânia M. da Silva

BLUMENAU
2016

O REAL E O IDEAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO

Marília Claudino Rocha¹; Magda Tânia Martins da Silva²

¹ Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglesa - UNERJ, UFPR – Universidade Federal do Paraná - E-mail: mariliacr@gmail.com

² Pedagoga UEM Universidade Estadual de Maringá, Especialista Educação Infantil/Séries Iniciais UNINTER, E-mail: magda21martins@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é uma pesquisa baseada na temática da educação de surdos, buscando saber qual a real situação de uma escola pública de Jaraguá do Sul, Santa Catarina em relação a educação dos surdos e surdas e o que seria ideal na educação e alfabetização. A experiência vivenciada trouxe a sensação de impotência, ao ver professores insatisfeitos e despreparados para lidar com esses alunos. Muitos alegam ser difícil lidar com algo inteiramente novo e que eles não têm domínio. Isso deixa claro a necessidade de aprofundar os conhecimentos desses professores, fornecendo-lhes suporte para um trabalho efetivo com alunos e alunas inclusos. A filosofia da inclusão, defende uma educação eficaz para todos, sustentada no princípio de que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais, com ou sem deficiência. A partir dessas reflexões foi realizado um trabalho qualitativo, observando e realizando um questionário com professores e professoras de uma turma de 6º ano.

Palavras-chave: inclusão; metodologia; surdos.

Abstract: This paper is a survey based on the theme of Deaf Education, seeking to know the real situation of Special Education from a public school in Jaraguá do Sul, Santa Catarina – Brazil, this is related to people who have this kind of deficiency, both male and female, and what would be ideal in education and literacy for them. The lived experience brought a sense of helplessness, seeing dissatisfied teachers that are also unprepared to deal with these students. Many claim to be difficult to deal with something entirely new and they do not have the required experience neither the right preparation for it. This makes clear the need to deepen the knowledge of these teachers by providing them with support for effective work with these included special students. The philosophy of inclusion defends

effective Education for all, supported the principle that schools as Educational Communities, must meet the needs of all students, whatever their personal, psychological or social characteristics, with or without disabilities. From these reflections conducted a qualitative work, observing and conducting a survey with teachers in a class of 6th grade.

Keywords: inclusion; methodology; deaf.

INTRODUÇÃO

Há tempos vem se discutindo a inclusão de alunos e alunas com deficiência no ensino regular, leva-se em conta diferentes formas de aprender e de ensinar ao serem feitas adaptações pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência.

A construção de escolas de qualidade e inclusivas para todos deve, dessa forma, necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de desenvolvimento profissional docente com vistas a prepará-los pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sócio cognitiva e experiencial dos estudantes por meio de enriquecer [sic] conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e a justiça social. (FERREIRA, 2006, p. 3-4)

No Brasil, a educação especial teve seu pioneirismo, no Rio de Janeiro. Em 1854, foi criado o atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, conhecido atualmente como Instituto Nacional da Educação de Surdos. E 1926, a criação do Instituto Pestalozzi contemplou pessoas com deficiência intelectual e, em 1945, surgiu no mesmo instituto atendimento especializado para pessoas com superdotação. A APAE teve seu início, em 1954. Segundo Mazzotta (1996, p. 29), essas instituições representaram um avanço no atendimento a pessoas com deficiência, embora ainda de maneira precária para a situação em que o país se encontrava. Evidenciava-se, nesta época, maior atenção às pessoas cegas e surdas e pouca preocupação com os deficientes físicos e intelectuais. No século XVIII evidenciava-se algo que se repete nos dias atuais,

“(…) não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política diante da deficiência intelectual, mas, ao mesmo tempo, não há vantagens, para o poder político e para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa de educá-lo (PESSOTTI, 1984, p. 24) ”.

O que atualmente é considerado um movimento essencial, na época era visto como um grande avanço, afinal, se a sociedade não tivesse evoluído atualmente estaríamos ainda discutindo a organização e elaboração de leis para garantir os direitos humanos.

Em 1957, o Governo Federal criou campanhas voltadas às pessoas com deficiência, a primeira foi para a educação do surdo brasileiro, a segunda, em 1958, destinada à educação e reabilitação do deficiente da visão e, em 1960, aos deficientes intelectuais, com o objetivo de promover medidas necessárias para a educação e assistência (MAZZOTTA, 1996, p. 52).

Embora a escola especial e a escola comum tenham construído caminhos paralelos e separados, o caráter seletivo de ambas as instituições pode ser considerado traço comum. A escola regular exercia essencialmente a função de selecionar aqueles que eram capazes de responder adequadamente às necessidades produzidas em cada contexto social, econômico e político. De outro lado, a instituição especial ocupava-se da função segregadora daqueles considerados menos capazes, os quais deveriam se submeter a atendimentos especializados.

A rejeição às pessoas com deficiência era tida como uma forma de defender a sociedade, os poderes políticos instituídos, valendo-se dos institutos da disciplina, ordem, norma positiva e hierarquia. A ciência médica serviu historicamente para sancionar os poderes socialmente instituídos, prescrevendo aos idiotas e imbecis a prisão domiciliar.

O discurso da medicina, fazendo a mediação entre a soberania (a ordem do direito, as normas públicas) e a disciplina (enquadramento, seleção e separação normal – anormal) teve na deficiência intelectual a expressão do furor normalizador (CECCIM apud SKLIAR, 1997, p. 46).

Percebe-se então a importância de que professores e o meio em que o aluno com deficiência vive se adaptem as necessidades requeridas pelo mesmo, não esquecendo é claro dos demais alunos e alunas.

Assim pode-se perceber o benefício de ter um aluno com deficiência inserido nas classes regulares já que ele vivendo com os demais têm oportunidade de

aprender mais coisas e nota que todos são diferentes e possuem habilidades distintas.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

É importante lembrar que o professor é mediador de conhecimento e deve respeitar as diferenças e precisa buscar novas metodologias de trabalhos que contemplem todos seus alunos, inclusive o aluno de inclusão.

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar como professores e professoras formados, de ensino regular deveriam trabalhar e avaliar o aluno surdo ou aluna surda dentro de sala de aula. Foram objetivos da pesquisa também compreender como é a interação dos alunos com surdos e descrever como o professor e a professora trabalha com os alunos da inclusão.

METODOLOGIA

Para realização do TCC foi realizado o levantamento de bibliografias e procedido a leitura das referências bibliográficas sobre o tema a ser estudado no trabalho a ser desenvolvido. Também foi desenvolvido um questionário com perguntas abertas e fechadas para dois professores, sete professoras, uma intérprete e uma segunda professora da turma do 6º do ensino regular do ensino público estadual onde se encontra a aluna portadora de deficiência auditiva a fim de conhecer mais a realidade da aluna surda.

Foi escolhido assim a pesquisa quantitativa, uma vez que não foi analisado números e sim um caso. Segundo Richardson, a pesquisa quantitativa difere-se da qualitativa, à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias.

Por sua vez, para Minayo (1994) as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram que: as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto; que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda

sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa; que a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ideal da inclusão defendida pela lei atual prevê que todas as crianças frequentem escolas regulares, e que esta deve se fazer recebê-la.

Mas o que se faz quando a primeira língua do surdo não é o português? Os surdos têm como primeira língua aquela que se sentem mais à vontade e a que ajuda a expressar melhor suas ideias e sentimentos, que é a língua de sinais (LIBRAS).

O estudo que se buscou desenvolver, objetivou apresentar como a inclusão é um processo que deve fazer parte da realidade escolar.

Constantemente percebeu-se que, as pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial buscam matricular-se em escolas regulares fazendo valer seus direitos de frequentar escolas públicas. Mas isso, por mais que venha acontecendo há algum tempo ainda é novidade para as escolas e isso faz com que as pessoas repensem suas práticas.

No entanto, para que a inclusão do aluno surdo avance, é imprescindível que haja o esclarecimento para os alunos rotulados como normais, para os familiares e toda comunidade escolar.

O MEC acredita que o ideal é o ensino regular para os surdos. Já os especialistas, pedagogos e outros profissionais acreditam na maior eficiência na escola especial.

Depois de conversar com alguns especialistas em alfabetização de surdos, pedagogos e alguns profissionais que trabalham com surdos, tive conhecimento do que se acha mais ideal, pois, no começo da jornada escolar da criança surda, ela ainda não domina totalmente a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e sendo essa sua primeira língua, o ideal para a educação é que, e se aproprie da língua e para se apropriar deve ter acesso a uma escola especial, só com surdos.

Mas isso pouco acontece, são poucas as escolas especiais próprias para surdos e a maioria deles não tem acesso, fazendo valer seus direitos em estudar em

escolas regulares. No entanto a uma grande deficiência de profissionais para trabalhar com esses alunos. O ideal que eles imaginam, e o que o MEC acredita ter é totalmente contrária a realidade.

Foi perguntado para alguns surdos o que eles achavam sobre o que seria ideal para eles na questão da alfabetização, estudar em escolas regulares e ou em escolas para surdos.

Todos responderam que as duas opções são importantes, no ensino regular eles aprendem a conviver com os ouvintes e se adaptar no meio deles, perceber a fala e aprender a escrever o português. Mas na contrapartida considera que estudar em escolas próprias para surdos seja a mais importante, pois lá podem entender sua cultura, compreender melhor o porquê de serem surdos, e principalmente aprender sua língua mãe, a língua de sinais, e se apropriar dela.

Diante da inclusão, o desafio das escolas comuns e especiais é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal (Batista e Matoan 2006, p.8)

A inclusão do aluno surdo no ensino regular é determinante para o seu desenvolvimento enquanto participe de um contexto sociocultural, pois valida o comprometimento do real propósito escolar.

Durante as práticas pedagógicas foi observado que há ainda, grande distância da inclusão entre alunos surdos, numa turma de ensino regular com alunos ouvintes, como é proposto pela Política Educacional de Educação especial.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

Contudo, apesar dos avanços consideráveis referentes à educação em nosso país, as leis em vigor ainda não são suficientes para garantir ao aluno um aprendizado eficaz, principalmente no que tange a pessoa surda, devido às práticas educativas em sua grande parte serem voltadas para a maioria ouvinte.

Nota-se assim que as escolas não levam em consideração a Libras, que é a língua específica da comunidade surda, de modo que os surdos sofrem as consequências da falta de comunicação na sua língua natural, que é diferente da maioria dos sujeitos no processo educativo.

Nas salas de aula onde há surdos inseridos na turma, geralmente há um Intérprete para auxiliar, mas na maioria das vezes o aluno surdo sofre um processo de exclusão uma vez que os docentes e colegas de sala interagem com o intérprete e não com o aluno surdo,

Pode-se considerar que incluir um aluno com deficiência auditiva no ensino regular, respeitando suas necessidades educacionais exerce papel fundamental no seu desenvolvimento social. Inclusão esta que se apresenta dentro do sistema através de resultados acadêmicos que são maquiados a despeito das diferenças individuais, levando em consideração apenas dados estatísticos que apresentam o quantitativo educacional e dando pouca ou nenhuma relevância aos dados qualitativos que demonstram como essa educação vem sendo desenvolvida. Sendo cada vez mais forte a necessidade de iniciativas que possibilitem a inclusão de pessoas com necessidades especiais, todavia as escolas estão organizadas para conviver com a exclusão sutil que ainda assola o ensino regular. (GARCÊS, p.9)

Isso mostra como a inclusão desses alunos é contraditória, ao mesmo tempo em que discursam sobre um princípio educacional inclusivo, na prática privam diversas pessoas do direito de participação social através da inclusão de fato e de direito.

A formação de professores merece ênfase quando se fala em inclusão. Muitos dos futuros professores e dos mais antigos principalmente, sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades educativas especiais na sala de aula, alegando não ter preparo para lidar com crianças com deficiência.

Conversando com alguns professores da rede estadual de ensino, a grande maioria dos professores já formados, alegam não estar preparados para dar aulas para alunos com deficiência, em especial os surdos, dizem não ter estudado para tal, que quando cursaram suas faculdades não tinham disciplinas que enfatizassem esses alunos. Percebeu-se também que a maioria não se preocupou em procurar algum tipo de capacitação nessa área.

É evidente a necessidade de uma formação continuada em serviço desses professores para a efetivação com qualidade da educação inclusiva. As dificuldades

vivenciadas no cotidiano escolar se traduzem em dúvidas e inseguranças entre esses profissionais, sob a alegação de que não se sentem preparados para atender as demandas desses educandos.

Os professores desconhecem o processo de ensino-aprendizagem do surdo e sobre suas implicações educacionais. Esse aspecto diz respeito à formação dos professores, considerado um dos maiores desafios impostos pela inclusão.

O trabalho em parceria entre os professores da classe comum e os profissionais da Educação Especial poderão auxiliar os professores a elaborarem seus métodos de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais.

[...] para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencializarão das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente. (DENARI, 2006, p.36)

Estas mudanças não são fáceis de serem realizadas e precisa investir principalmente na formação continuada e inicial, além disso, diversas pessoas devem estar envolvidas nesse processo, e não somente o professor de classe comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada referente a inclusão do surdo no ensino regular, permitiu analisar que este processo se encontra em fase de aprimoramento nas escolas da rede regular.

Verificou-se por meio das pesquisas bibliográficas, qualitativas e na vivência escolar que os professores em sua maioria não estão preparados efetivamente para trabalhar com alunos de inclusão, em especial, os alunos surdos.

Os professores avaliam a inclusão dos surdos no ensino regular como um avanço na educação, porém, acham que ainda está em fase de adequação nas escolas para que o ensino de qualidade chegue ao acesso de todos.

No contexto escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula.

Neste sentido, entende-se que o aluno surdo tem o direito de frequentar uma sala de aula da rede regular de ensino e de ser atendido pedagogicamente em suas necessidades.

No entanto, percebe-se grandes dificuldades por parte das escolas para atender as necessidades educacionais destes alunos. Entende-se que, de acordo com a perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o professor deveria ser responsável por mediar e incentivar o conhecimento do aluno surdo, através da sua interação com os alunos e do desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades destes alunos. Todavia, grande maioria dos professores continuam dando suas aulas em uma modelo tradicional, ou seja, não existe uma mudança de metodológica para atender as necessidades pedagógicas deste aluno.

Diante disso, entende-se que o processo de inclusão de alunos surdos em uma sala regular está em fase de aperfeiçoamento. Atualmente o aluno surdo está sendo “incluído” na rede regular que possui carência de salas de aula apropriadas, intérpretes e professores preparados para um novo método de ensino que atenda todos os alunos em suas necessidades.

A proposta de inclusão escrita nos documentos é muito importante e tem que sair do papel, pois, é o ideal para a educação dos surdos. No entanto, a realidade da inclusão dos alunos surdos se apresenta como um fato novo para a maioria dos professores e profissionais ligados a educação inclusiva ou não.

Nesse sentido acredita-se que o governo, através do ministério da educação, tem que possibilitar condições favoráveis a inclusão. Oportunizando não só professores, mas todos os funcionários que atuam dentro das escolas, assim capacitando-os para atender todos os alunos de modo igualitário.

Os professores devem estar abertos para compreender as diferenças educacionais dos alunos surdos e ouvintes, para que possam auxiliá-los através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam essas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota e MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer n. 17/2001. 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2015.

_____. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 20 agosto 2015.

BRASIL. **Projeto Escola Viva** – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: **Ensaio Pedagógico - Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

GARCÊS, Márcia S. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Disponível em http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_04_2010.pdf. Acessado em 20 de julho de 2015

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994

Pessotti, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão: uma abordagem socioantropológica da educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.